
O LEGADO DA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA: RELATO DE ROQUE DE BARROS LARAIA

*Roque de Barros Laraia**

Universidade de Brasília – Brasil

Gostaria de começar a minha fala com um pequeno prólogo:

Nasci em um país muito distante. Distante no espaço porque, situado no hemisfério sul, ficava muito longe do mundo civilizado. Distante no tempo, também, porque todas as conquistas da modernidade chegavam com muito atraso. O país em que nasci estava, assim, muito distante do Brasil de hoje: estradas asfaltadas, águas encanadas, esgotos, eletricidade, telefonia eram privilégios de poucos e inexistentes na maior parte do país. Assim mesmo, o pouco que existia deixava muito a desejar. Os cariocas cantavam: “Rio de Janeiro, cidade que me seduz. De dia, falta água. De noite, falta luz.” E o Rio era a nossa cidade maravilhosa, como ainda é.

Nasci em setembro de 1932, em uma pequena cidade do sul de Minas Gerais, situada no piemonte da Serra da Mantiqueira, divisor de águas entre o vale do Paraíba, no Estado de São Paulo, e o mineiro vale do Sapucaí. Nos mapas do século XVIII, um pequeno ponto marca o vilarejo do Mandú, nome de seu rio mais próximo. Mas, mesmo antes de se tornar cidade, em 1848, o lugarejo já era chamado de Pouso Alegre. De fato, no passado era apenas um pouso para os viajantes que, provenientes de São Paulo, se destinavam ao centro de Minas, geralmente em busca do ouro. Ninguém sabe quem foi o cansado viajante que, repousando sob um céu estrelado, emoldurado pelas sombras das escuras montanhas, resolveu denominar de alegre o seu modesto pouso.

Na época em que escrevi o meu pequeno livro – *Cultura: um conceito antropológico* (Laraia, 1986) – encantei-me com uma afirmação de Geertz de que “nascemos aptos para viver mil vidas e, no entanto, vivemos uma só”.

* Professor Emérito da UnB, Pesquisador Emérito do CNPq.

Desde muito novo, eu o mais velho de sete irmãos, tendo como pai um viajante comercial, pensava muito o que eu queria ser, qual o caminho a seguir? Cheguei a pensar em muitas possibilidades, ser padre, piloto militar, explorador na África e, finalmente, engenheiro.

Considero, que para mim, o ano de 1939 foi muito importante, porque foi o ano em que minha mãe me matriculou em uma escola primária. Nesse ano, na Europa, um nefando messias dava início à Segunda Guerra Mundial. No meu primeiro dia de aulas, fui jogado no meio de um roseiral, por um menino maior chamado Messias. Voltei para casa todo arranhado, disposto a renegar para sempre qualquer tipo de messias.

Aprendi a ler com rapidez. E não esqueço que o meu segundo livro escolar denominava-se *Pindorama* (terra das palmeiras) e todas as suas personagens eram pequenos índios.

No final daquele ano, meu pai introduziu-me em um mundo maravilhoso: a livraria Rezende. Fiquei fascinado diante tantos livros e, principalmente, do material de papelaria: cadernos, lápis de cores, tinteiros, etc. Fiquei orgulhoso quando meu pai contou para o livreiro que eu estava começando a ler. A partir de então Alcides Rezende sempre me mostrava os livros infantis, o que levava o meu pai a comprar um deles. Tenho certeza que foi a partir de então que desenvolvi um incansável gosto pela leitura, o que orientou o rumo da minha vida.

Costumo brincar que nasci sob o signo de Marte. De fato, nasci prematuro de dois meses, porque minha mãe teve o meu parto precipitado, assustada que foi com os tiros de canhões do 8º Regimento de Artilharia Montada, defendendo a minha cidade de um ataque das forças paulistas, durante a Revolução de 1932. Além disto, desde que o Brasil entrou na Guerra, em 1942, eu ficava junto com meu pai ouvindo as notícias através de um barulhento rádio Telefunken.

Nessa época, a prefeitura da cidade construiu um cercado em um canto da praça principal da cidade. Destinava-se a recolher “ferro velho para o bem do Brasil”. Isso fazia parte de um esforço de um país em guerra, desprovido de uma indústria siderúrgica capaz de atender as suas demandas, tanto civis como militares. Em todo o canto do país foram realizadas iniciativas como essa. Não é preciso dizer que, como neto de italianos, eu tinha que demonstrar a minha lealdade com o meu país. Assim, munido de um carrinho de duas rodas percorri todos os terrenos vazios da cidade. Vasculhei até mesmo o depósito

de entulhos que a minha avó calabresa guardava. Fiz várias viagens até o centro de recolhimento de sucatas. Esse fato chamou a atenção de um capitão médico do exército, que mantinha um programa patriótico na PRJ7 – Rádio Clube de Pouso Alegre. Foi assim que ouvi – pela primeira vez – o meu nome na mídia. De fato, eu não perdia uma oportunidade de deixar bem claro que, apesar de minha ascendência, o meu país era o Brasil. Frequentemente, plagiando o título de uma reportagem publicada na revista americana *Seleções*, repetia para mim mesmo “só o meu sangue é italiano”.

Quando fiz 15 anos, meu pai presenteou-me com um livro do Visconde de Taunay. Demonstrei tanto entusiasmo com a leitura do mesmo que, nos dois anos seguintes, já possuía mais de 20 livros do mesmo autor. Todos esses livros faziam parte de um encalhe em uma livraria na cidade de Ipameri, Goiás, cidade esta que fazia parte do itinerário comercial de meu pai. Eram livros editados, na década de 1920, pela Companhia Melhoramentos. Finalmente, eu tinha encontrado o meu autor. Admirava a sua imensa capacidade de descrever a natureza e os homens do interior longínquo de nosso país. Acompanhei as suas aventurosas viagens e principalmente sua participação na Guerra do Paraguai. Li e reli muitas vezes a *Retirada da Laguna* (Taunay, 1874). Anos depois eu encontrei as suas *Memórias* (Taunay, 1948), publicadas 50 anos depois de sua morte. Alfredo d’Escragnolle Taunay, filho e neto de franceses, não cansou de demonstrar o amor que sentia pelo seu país e a sua crença em um grande futuro.

No começo de 1950, parti em um fumacento trem da Rede Mineira de Viação para São Paulo. Doze horas depois cheguei a Estação da Luz. O meu objetivo era completar o segundo grau, além de conseguir o meu primeiro emprego.

No raiar dos anos 1950, procurar um emprego em São Paulo não era uma tarefa difícil como agora. Alguém sugeriu que eu me dirigisse, de manhã bem cedo, para a frente da redação do *Diário Popular*, que possuía inúmeras páginas de ofertas de trabalho. Assim fazendo eu já estaria em vantagem sobre aqueles que aguardavam o jornal nas bancas distribuídas pela cidade. Enquanto aguardava a saída do mesmo, um jovem caminhou em minha direção e perguntou se eu procurava um emprego. Disse que representava o Laboratório Novoterápica, uma empresa produtora de medicamentos, cujos escritórios estavam situados na rua 25 de Janeiro, uma travessa da avenida

Tiradentes. Não me recordo se cheguei a comprar o jornal. O fato é que fui rapidamente para o endereço indicado.

Esse foi o meu primeiro emprego. O meu chefe direto era um contador, encarregado de fazer a cobrança dos clientes do laboratório. A mim coube a árdua tarefa de procurar os maus pagadores. Todas as manhãs recebia um pacote de duplicatas já vencidas e partia em busca dos farmacêuticos insolventes. Foi então que fiz a minha primeira constatação sociológica: os maus pagadores sempre estavam situados nos lugares mais longínquos, em ruas não pavimentadas e distantes dos pontos de ônibus ou de bondes. Alguns me recebiam simpaticamente, solicitavam um novo prazo ou pagavam uma parte do débito. Outros ficavam ofendidos. Tratavam-me rispidamente, ignorando que na minha volta para o escritório eu tinha instruções para deixar as suas duplicatas no Cartório de Protestos. Andando, enfim, pela periferia, armado com um mapa das ruas da cidade, fui me acostumando com lugares que ostentavam estranhos nomes: Pirituba, Freguesia do Ó, Jabaquara, Tucuruvi, Limão, Casa Verde, etc. E, surpreendentemente, muito tempo depois, soube que o Professor Florestan Fernandes – meu orientador de doutorado – tinha trabalhado, como entregador de amostras, no mesmo laboratório, uma década antes de mim.

Matriculei-me no turno da noite em um colégio particular no bairro da Liberdade, o Colégio Anglo Latino, onde terminei o meu segundo grau.

Em setembro daquele ano, andando pela rua das Palmeiras, percebi uma pequena multidão em frente a uma vitrine. Curioso, aproximei-me e vi, pela primeira vez, um aparelho de televisão. Era a primeira transmissão de TV realizada no Brasil, pela TV Tupi.

Logo no início do ano seguinte, graças à indicação de um amigo, consegui um emprego de repórter policial em um jornal sensacionalista, *A Hora*. Na entrevista que fiz, pesou muito o fato de demonstrar que conhecia muito bem a cidade. Hoje estou convicto que a contratação em um jornal mudou o rumo de minha vida. Em primeiro lugar, porque o já combalido projeto de fazer engenharia foi pouco a pouco sendo deixado de lado. A necessidade de escrever rapidamente os textos das reportagens desenvolveu muito a minha capacidade de redação. Se antes eu já gostava muito de ler, passei também a ter prazer em escrever.

Havia outras compensações. Em um jornal pequeno como *A Hora* não existia um sistema rígido de especializações. Um repórter policial poderia ser

convocado para fazer outros tipos de reportagem. Como ter que escrever sobre o precário sistema de transporte da cidade; sobre o alto custo de vida; mas também participar de um almoço promocional com uma platinada rumbeira cubana, Ninon Sevilha, no restaurante Fasano, ainda na rua Vieira de Carvalho. Ou ainda, nada melhor para um repórter de 21 anos, almoçar no Estúdio da Vera Cruz com uma bela estrela que ainda não tinha chegado aos 30 anos, Tônia Carrero!

Em janeiro de 2013, o Brasil todo – e o Rio Grande do Sul – em particular – foi abalado pela tragédia de Santa Maria. A imprensa toda relembrou o terrível incêndio ocorrido, em 1962, em um circo em Niterói. Ninguém, porém, lembrou que na noite de 29 de julho de 1953, na rua Florêncio de Abreu, em São Paulo, ocorreu em um clube de dança um incêndio que matou 53 pessoas. Eu fiz a cobertura desse acidente. Lembro que na época, os jornais se referiram a um fato semelhante, ocorrido uma década antes em um cinema no Brás, o Cine Oberdan, que matou muitas crianças. Refleti, então, como pode ser curta a memória coletiva e que se torna menor ainda quando comparada com a dimensão da negligência e da incompetência de nossas autoridades quando se refere às questões de segurança.

Três anos depois, com uma sensação de ter perdido o tempo, resolvi resuscitar o projeto de estudar engenharia. Era muito difícil deixar o jornal. Cheguei à conclusão que para isso o melhor seria sair de São Paulo, voltar para a minha Minas Gerais, mudar para Belo Horizonte. Resolvi que o melhor modo de fazer isso, desde que necessitava de um emprego, era fazer um concurso público para o IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários – e pedir a transferência para lá.

Fazer um concurso público naquela época não era nada comparável com os de hoje. O que fiz tinha cerca de 60 vagas para mais ou menos 300 candidatos. Fiz sem nenhuma preparação e fiquei entre os 30 primeiros aprovados. Assim, em junho de 1954 entrei definitivamente no serviço público federal. Somente no final de 1955 consegui minha transferência – por permuta – para Belo Horizonte.

Resumindo esta introdução que já foi longe demais: em Belo Horizonte, descobri o óbvio, que a engenharia não era o meu caminho, ruim demais que sou em matemática, e por isso ingressei no curso de História da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais. Esse curso funcionava, então, do 19º ao 23º andar do edifício Acaiaca. Os alunos de engenharia

costumavam zombar dizendo que de fato estudávamos na “Boite Acaiaca”, que funcionava no subsolo do mesmo prédio.

Em dezembro de 1959, tornei-me bacharel em História e recebi o convite para ser auxiliar de ensino na cadeira de Etnologia e Língua Tupi, fato esse que jamais se concretizou.

No final da década de 1950, ainda predominava no Brasil a ideia de que pessoas de bem estudam direito, engenharia ou medicina. Para os que tinham pouco dinheiro restava o sacerdócio ou a vida militar. Muitos de meus familiares tinham estranhado a minha escolha pela Faculdade de Filosofia, mas ainda não sabiam do pior.

No decorrer de minha carreira como antropólogo sempre tive que responder uma questão muito comum – que nunca se faz a um médico ou a um advogado. Por que, entre tantas profissões, existem pessoas que escolhem um ofício tão estranho como o nosso?

Essa questão foi muito bem trabalhada, entre outros, por nossa colega Mariza Peirano (1992), em seu artigo “Artimanhas do acaso”. Ela nos remete as suas entrevistas com Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira. Segundo Peirano, o primeiro não teria escrito sobre os Tupinambá se não tivesse aceitado um desafio de Alfred Métraux para realizar um estudo sobre a organização social desses índios extintos no século XVII. Antonio Cândido somente foi para a USP porque seu pai decidiu mudar do Rio de Janeiro para Poços de Caldas: “Como o trajeto para São Paulo era menos demorado do que para o Rio, Antonio Cândido formou-se em São Paulo. No Rio”, segundo Peirano (1992, p. 11-12), “as coordenadas geracionais e as matrizes e pensamento teriam naturalmente sido diferentes”. Darcy Ribeiro não teria se interessado por temáticas nacionais se não tivesse recebido uma bolsa para organizar um fichário sobre a bibliografia brasileira de interesse antropológico e social, quando era da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. E, finalmente, Roberto Cardoso de Oliveira, recém-formado em filosofia, teve um encontro com Darcy Ribeiro, promovido por um amigo comum, quando esse fez uma conferência na Biblioteca Municipal de São Paulo. Darcy estava procurando um assistente para um curso no Museu do Índio e o convidou.

Foi também por uma artimanha do acaso que eu encontrei a antropologia. Em janeiro de 1960, quando me preparava para iniciar a minha vida como historiador, resolvi fazer um lanche na cantina da Faculdade de Filosofia.

Vi, então, o edital de um curso de Teoria e Pesquisa em Antropologia Social a ser realizado no Museu Nacional. Fiz o concurso e ganhei uma das seis vagas oferecidas. Talvez não teria sido um antropólogo se não estivesse decidido a comer um “misto quente” naquela tarde quente do verão de Belo Horizonte. No meu caso, o acaso com suas artimanhas armou uma teia maior: fui aluno de Roberto Cardoso de Oliveira e anos depois Florestan Fernandes foi o meu orientador de tese de doutorado.

Mariza discutiu muito bem o fato de seus quatro informantes não aceitarem a ideia de um destino preestabelecido. Buscam no acaso, um fator indeterminado por definição, a explicação para as suas escolhas. Todos os acima citados, com certeza, jamais buscariam explicações do tipo “estava escrito nas estrelas”, “foi feita a vontade do Senhor”, tão de agrado daqueles que acreditam em carma do tipo indiano, útil para explicar tanto o sucesso como o insucesso. O interessante como acentua a autora é não enfatizarem o papel do inegável esforço individual de cada um na obtenção de seus objetivos.

Mas a explicação do acaso é inevitavelmente tautológica: ela vale sempre, ou então, pelo contrário não vale nada, pois tudo poderia ser explicado pelo mesmo. Como afirmam os historiadores, o *se* não existe. Talvez, como eu disse, não teria sido um antropólogo se não tivesse ido a cantina e visto o edital, mas eu fui e isso é o que vale. Da mesma forma, Napoleão não teria ido para Santa Helena se não tivesse sido derrotado em Warteloo, mas ele foi.

O que nos resta então para explicar a nossa escolha? Quem nos dá a resposta é Tocqueville: “O acaso só produz o que estava preparado anteriormente.” A leitura do edital do concurso no Museu Nacional só me chamou a atenção porque eu tinha um interesse – ainda que não manifesto – pela antropologia, o que não foi verdadeiro para os meus colegas de história que não se interessaram pelo anúncio.

De fato, no decorrer do curso, os temas antropológicos sempre me chamavam a atenção, apesar da cadeira de antropologia, na época, estar ocupada por um professor que nada sabia do assunto. Marco Antônio Coelho (2000, p. 46), em sua autobiografia, *Herança de um sonho*, escreveu “Cheguei a assistir as aulas preparatórias no curso de Sociologia, a fim de fazer o vestibular. Mas logo fiquei horrorizado com o professor dessa matéria, [...] médico dermatologista, líder católico ultra reacionário, incapaz de satisfazer minhas inquietações e perguntas. Concluí que seria perda de tempo fazer ciências sociais, pois a sociologia era o cerne desse curso. Por isso desisti, resolvendo

trilhar o caminho da Faculdade de Direito.” (No final dos anos 1950 o referido professor passou a ministrar as aulas de Antropologia Biológica e Antropologia Cultural.)

No meu caso – ao contrário de Marco Antônio Coelho – comecei a garimpar por debaixo das aulas mal dadas, buscando respostas para as minhas inquietações. Frequentava a pequena biblioteca da faculdade em busca de livros de antropologia. O primeiro que encontrei foi *O homem*, de Ralph Linton (1943), talvez o primeiro manual traduzido para o Brasil. Descobri logo que *Casa-grande e senzala* (Freyre, 1933) não era apenas um texto sociológico, e foi, em seu prefácio, que pela primeira vez ouvi falar de Franz Boas.

Em 23 de fevereiro de 1960, parti para o Rio de Janeiro em um voo muito tumultuado. O avião demorou muito para aterrissar, além de atravessar a cada momento zonas de turbulências. Naquele dia, próximo ao Pão de Açúcar, um avião de passageiro se chocou com uma aeronave militar americana que transportava a Banda do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, que fazia parte da comitiva do presidente Eisenhower, em visita ao Brasil. Foi, portanto, em um clima de tragédia que desembarquei no Rio para tentar um passo decisivo em minha vida.

No dia seguinte, pela primeira vez, entrei no edifício do Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista. Caminhei por estreitos corredores, ladeados de velhas vitrines repletas de ossos humanos e de estranhos aparelhos de antropometria. Encontrei-me com os outros candidatos, não eram muitos. Um deles se aproximou: “Lembra-se de mim?” No ano anterior, eu o tinha visto no Primeiro Encontro Nacional de Estudantes de História, realizado na Faculdade Nacional de Filosofia. Eu fazia parte da delegação mineira, ele representava a Faculdade de Filosofia de Niterói. Soube, então, o seu nome: Roberto Augusto da Matta. Foi esse o momento inicial de uma duradora amizade.

Pouco tempo depois, fui entrevistado pelo coordenador do curso: Roberto Cardoso de Oliveira. Lembro-me do jovem e sisudo professor de apenas 31 anos de idade, sem as barbas que adotaria na década seguinte, trajando o seu jaleco branco, como era o uniforme dos pesquisadores do Museu Nacional, então denominados naturalistas.

Os seis alunos que constituíram a primeira turma do curso de Especialização em Antropologia Social foram; Alcida Rita Ramos, Edson Soares Diniz, Hortência Caminha, Onidia Bevenuto, Roberto Augusto da Matta e Roque de Barros Laraia.

Gostaria de salientar a importância desse curso em um momento, iniciado na década anterior, em que a antropologia brasileira estava passando por uma grande transformação. Era o início de um período em que os antropólogos autodidatas estavam sendo substituídos por pessoas com a adequada formação. Nos dois últimos anos da década anterior, Darcy Ribeiro promoveu, no Museu do Índio, um curso de formação de indigenistas. Mas, na primeira edição do mesmo, nem o curso de graduação foi um requisito.

Em 1960, o Museu Nacional era uma instituição vinculada ao Ministério da Educação e Cultura. Somente no início de 1961 seria vinculado à Universidade do Brasil. A realização do curso teve um respaldo institucional e financeiro do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil.

Todos os seis alunos eram bolsistas de tempo integral. As manhãs eram ocupadas por aulas e seminários. As tardes eram destinadas às leituras dos textos recomendados, a quase totalidade deles era em inglês. Éramos obrigados a trabalhar também durante a noite para poder complementar as nossas leituras.

O ambiente do Museu Nacional, repleto de austeridade e de tradição científica, aliado ao entusiasmo de Roberto Cardoso de Oliveira, refletiu de maneira positiva sobre o grupo de jovens estudantes, proporcionando um clima de solidariedade, disposição para o trabalho, além de um nível adequado de competitividade.

O conjunto de leituras, além dos clássicos da antropologia, tinha também espaço para sociólogos como Talcott Parsons, Marion Levi Jr., Robert Merton e, naturalmente, Florestan Fernandes. A utilização do termo antropologia social indicava também uma priorização da antropologia britânica.

O projeto, elaborado por Cardoso de Oliveira, “Grupo doméstico, família e parentesco: ideias para uma pesquisa em antropologia social” serviu para o treinamento dos alunos junto aos índios terena, no sul do então Mato Grosso. Esse fato teve, para mim, um significado especial. Como admirador e leitor do Visconde de Taunay pude conhecer muitos dos lugares que ele descreveu e, sobretudo esse povo admirável, os Terena, que tanta admiração lhe causou.

Quando o curso terminou, o Museu Nacional que não contratava novos pesquisadores há mais de uma década, resolveu admitir em seu quadro os três primeiros colocados: Alcida Ramos, Roberto DaMatta e Roque Laraia. Foi com tristeza que recebemos a notícia que Alcida era portuguesa e, portanto, não podia ser contratada.

No início de 1961, já então como pesquisador do Museu Nacional, dediquei-me a preparar o meu primeiro trabalho de campo autônomo. Entre os Terena, no ano anterior, eu era apenas um aluno, auxiliar de pesquisa. A minha primeira escolha foi os índios fulniô, no interior de Pernambuco. Tinha lido o livro de Estevão Pinto (1956), *Etnologia brasileira (Fulniô – os últimos dos Tapuias)*, além de um manuscrito de Marx Boudin que fornecia dados interessantes sobre o sistema de parentesco fulniô. Foi quando surgiu Frei Gil Gomes, um frade dominicano residente em Marabá. Visitando o Museu Nacional, ele nos falou dos Suruí, um grupo tupi-guarani do sudeste do Pará, que ele tinha contatado um ano antes. Considerei este um desafio mais provocador: trabalhar com um grupo com nenhum falante de português e que conservava ainda todos os seus padrões culturais.

O grande desafio era a preparação de um projeto que pudesse fazer parte de dois grandes projetos de pesquisas, coordenados por Roberto Cardoso de Oliveira e financiado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil. É fácil imaginar a dificuldade de fazer um projeto sobre um grupo totalmente desconhecido, nunca antes visitado por outro pesquisador. A estratégia correta teria sido a realização de um *survey*, ou seja, empreender uma viagem exploratória até os mesmos e regressar ao Museu Nacional para elaborar um projeto de pesquisa. Mas naquela época esse seria um empreendimento impossível. As verbas de pesquisas eram pequenas e Marabá estava muito distante, ligada por um sistema aeroviário caro e que demorava mais de um dia para percorrer o trajeto Rio-Marabá. E a aldeia estava situada, como aprendi depois, a uma penosa viagem de mais de três dias dentro da mata amazônica.

Assim, o projeto, indispensável para a obtenção de recursos para a viagem e para a autorização de pesquisa por parte do Museu Nacional, foi elaborado a partir de uma série de hipóteses que poderiam ter sido aplicadas a qualquer outro grupo. Considero hoje que foi uma audácia ter apresentado esse projeto como comunicação à 5ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Belo Horizonte, 1961.

Não é possível, no espaço desta conferência, apresentar o teor do mesmo, mas gostaria de me referir apenas a uma das hipóteses. Uma análise superficial que empreendi, então, demonstrava que todos os grupos tupi – até então estudados – possuíam termos de tios do tipo fusão bifurcada. Esse fato nos levou ingenuamente a adotar como correta uma hipótese de Leslie White (1939)

que considerava como válida a existência de uma segmentação como clã em sociedades que possuem termos de tios desse tipo.

Gostaria agora ocupar um pouco do nosso tempo para dar uma ideia do que era fazer uma pesquisa etnográfica, meio século atrás:

Em julho de 1961, saímos do Rio de Janeiro em um DC-3, da Real Transporte Aéreos, com destino a Goiânia, onde pernoitamos. Digo partimos, porque éramos quatro pesquisadores. Fui acompanhado de um estudante da segunda turma do curso de especialização, Marcos Magalhães Rubinger, que seria meu assistente entre os Suruí. E Roberto DaMatta que se destinava aos índios gavião, também na região de Marabá, ia acompanhado de outro estudante, Julio Cezar Melatti.

De Goiânia, partimos bem cedo, na manhã seguinte, com destino à Marabá, onde chegamos por volta das 15h. Antes fizemos várias escalas: Niquelândia, Pedro Afonso, Porto Nacional e Tocantinópolis. As pistas de pouso eram de terra, algumas praticamente dentro da área urbana, ao lado mesmo de uma rua. Os passageiros aguardavam a chegada do avião protegidos pela sombra de uma árvore. As paradas eram demoradas em função das dificuldades de acomodar a bagagem dos viajantes, sempre constituídas de vários e complicados volumes.

A primeira impressão de Marabá foi desoladora. O aeroporto estava situado na margem esquerda do rio Itacaiunas, próximo a um pequeno aglomerado de casebres. Ficamos aliviados ao saber que Marabá estava do outro lado do rio.

Finalmente, chegamos à cidade que, apesar de pequena (constituída apenas pelo que hoje é chamado de Cidade Velha), era bem urbanizada, com ruas calçadas e uma praça central. Nos hospedamos na Pensão Central, considerada a melhor da cidade, o que nos levou a imaginar como seria a pior.

À espera do barco, que nos devia levar rio acima, demorou nove mordormentos dias. Na manhã do dia da partida, acomodamos as nossas coisas na embarcação “Pau Ferrado”, mas o proprietário do mesmo disse que tinha que fazer algumas coisas na cidade, por isso só partimos às 16h. Logo depois do pôr do sol, a embarcação encostou em um barranco, onde passamos a noite, revirando nas redes, assediados por uma legião de mosquitos.

No dia seguinte, após uma acidentada travessia na corredeira de Mãe Maria, chegamos ao início da tarde em Apinagés, quase na confluência do rio Tocantins com o Araguaia. Logo em seguida, amontoados em um velho jipe, partimos para São Domingos das Latas, onde pernoitamos.

Contratamos, então, Raimundo Cabral, com a sua tropa de burros, para nos levar até a aldeia. Viajamos, então, um dia inteiro, marchando vagarosamente por estreitas picadas dentro da mata, até atingirmos o rancho de João Bispo. Na manhã seguinte, após mais de dez horas de viagem, chegamos ao barracão, denominado Cajueiro, de propriedade de um senhor Durval, onde passamos a última noite de viagem.

A viagem até a aldeia durou três horas. O senhor Cabral descarregou os nossos bens no meio da praça e partiu rapidamente de volta, incomodado com a presença dos “selvagens”.

Não é possível, no tempo de que dispomos, descrever o que foi a minha primeira pesquisa. Mas acho importante fazer uma síntese da minha experiência. Quando Cabral e sua tropa de burros sumiu na picada aberta na mata senti que, de fato, estava me desligando do mundo. Uma pesquisa de campo, então, significava isolamento completo, sem nenhuma notícia do resto do país.

Logo de início, um homem aproximou fumando um grande cigarro. Entremeando palavras incompreensíveis soltou algumas baforadas de fumaça sobre nós. Soube depois que não era um ato de boas vindas, mas uma defumação para espantar os maus espíritos que, por ventura, tivessem nos acompanhados. Era ele Kuarikuara, o *morobixawa* e também *pai'é* da aldeia. Mas, apesar disso, a acolhida era amistosa. As pessoas sorriam e falavam ao mesmo tempo. Algumas delas alisavam os pelos de meus braços. Crianças nos olhavam com seus olhinhos espantados. Junto à aldeia existia uma pequena casa, a de frei Gil. Ali armamos as nossas redes e depositamos a nossa bagagem. Entregamos para Kuarikuara os presentes que levamos e ele procedeu a distribuição dos mesmos.

Os resultados dessa pesquisa foram publicados em *Índios e castanheiros* (Laraia; Da Matta, 1967) e em alguns artigos. Por isto, me limito a apenas falar mais da experiência existencial de um trabalho de campo.

De começo, a nossa grande dificuldade era a comunicação oral. Como fazer uma pesquisa sem saber a língua dos informantes? Decidi então por começar por um levantamento topográfico da aldeia: a disposição das casas, os caminhos para a roça, para o igarapé; a localização das redes dentro das casas; etc.

Finalmente, descobrimos que estávamos sempre acompanhados de um simpático *kunumi*, aparentando 11 ou 12 anos: Tiwaku. Soubemos que ele frequentava a casa de um casal de sertanejos que frei Gil colocara nas imediações

da aldeia. Tiwaku possuía um pequeno vocabulário português. Tornou-se, então, o nosso intérprete, mesmo porque não tínhamos outra escolha. Aprendemos muito com ele.

Quando terminamos o nosso curso de especialização no Museu Nacional, e escolhemos trabalhar com populações indígenas, o nosso objetivo era de produzir uma monografia tendo como modelo Malinowski, Radcliffe-Brow ou Firth. Mas o que encontramos no campo foi uma pequena sociedade vivendo o trauma dos acontecimentos relativos ao seu primeiro contato. Uma vez encontrei Kuarikuara, o chefe, chorando em sua rede.

As genealogias que coletei mostraram que, cerca de um ano antes, eles eram 126 pessoas. Uma semana depois do contato, acometidos pela primeira gripe, estavam reduzidos a 40 pessoas: 7 homens, 14 mulheres e 19 crianças. Por isso, não escrevi uma monografia, mas um livro sobre as consequências do encontro de uma sociedade indígena com uma frente pioneira extrativista.

Na conclusão de minha parte no livro *Índios e castanheiros*, de 1967, escrevi expressando o meu pessimismo: “Será este o epílogo de um longo processo de fricção interétnica?” No prefácio da segunda edição, em 1978, já pude escrever:

Finalmente, gostaríamos de repetir (eu e Da Matta) que erramos em nossos prognósticos. Os nossos informantes nos ensinaram que o valor e a capacidade de resistência de um povo não se mede pela sua dimensão demográfica: uma pequenina sociedade humana pode continuar resistindo, não importa a que preço, enquanto estiver viva a crença nos seus valores, apesar dos brancos e da persistente tradição predatória destes. (Laraia, 1978, p. 17).

Em 1996, 30 anos depois de minha última ida, voltei à aldeia. Parei diante da casa do encarregado do posto indígena, que era um Suruí. Antes mesmo que eu dissesse alguma coisa, ele estendeu a mão e disse com um sorriso: “Você é o Roque?” Soube então que era Tiremé, o irmão mais novo de Tiwakou, o menino que falava português. Os outros Suruí se aproximaram. Agora são muitos, mais de 200 pessoas. Dos 34 que encontrei em 1966, re-encontrei 27. Todos os demais nasceram depois. Parti com a certeza que eles afastaram para sempre o fantasma da extinção.

Cada experiência de campo é única. Depois dos Suruí, trabalhei com os Akwawa-Asurini, no baixo Tocantins; com os Kamayurá, no Alto Xingu;

os Urubu-Kaapor, no Gurupi, limite do Pará com o Maranhão. Cheguei a fazer um estudo das relações interétnicas entre os Xerente e a comunidade de Tocantínia (TO). Por vários motivos, fiz curtas visitas às aldeias dos Xavante, Karajá, Gorotire, Javaé, Awá-Canoeiro, Kaiwoá, Gavião, Guajajara, Potiguara e Makuxi. Mas a primeira experiência de campo é a mais marcante e a que define o nosso rumo.

Desde que me tornei antropólogo, considerei importante participar da Associação Brasileira de Antropologia, Participei, pela primeira vez, da 5ª RBA realizada em Belo Horizonte, sob a presidência de Darcy Ribeiro. Foi quando fui admitido como sócio colaborador e apresentei a minha primeira comunicação. Realizada em uma colônia de férias na periferia da cidade, não contou com mais de 30 ou 40 participantes. Trinta anos depois, em 1992, como presidente da ABA, tive o prazer de organizar, no prédio da Faculdade de Filosofia da UFMG, a 18ª RBA, que contou com a participação de 700 inscritos. Na última RBA, em São Paulo, o número de participante chegou a 4000!

Desde 1978 comecei a participar dos Encontros da Anpocs. Sempre considerei importante ter um canal de comunicação com as outras disciplinas das ciências sociais. No ano de 2000, fui eleito presidente da Anpocs. Foi uma grande experiência e sempre sou grato à minha amiga, a socióloga Maria Arminda Arruda do Nascimento, que exerceu com eficiência e brilho a secretaria da Anpocs naquele período.

Nunca me arrependi da escolha que fiz. Podia viver tantas vidas, mas escolhi a de ser um observador dos homens. A antropologia me proporcionou a possibilidade de viver em outros países e conhecer – como disse o poeta – lugares nunca antes imaginados.

Não posso deixar de me referir ao privilégio de ter conhecido pessoalmente as figuras tutelares de nossa disciplina: Heloisa Alberto Torres, Herbert Baldus, Charles Wagley, Oswaldo Cabral, Roger Bastide, Eduardo Galvão, Egon Schaden, Gilberto Freyre, Manuel Diégues Junior, Thales de Azevedo, Nunes Pereira, Luiz de Castro Faria, Florestan Fernandes e Roberto Cardoso de Oliveira.

Gostaria de concluir esta minha fala relembrando um momento importante na história da antropologia brasileira. Na 6ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em São Paulo e presidida por Herbert Baldus, foi

eleito Eduardo Galvão, como o novo presidente, que deveria realizar a 7ª RBA, em Brasília, em 1965. Com o golpe militar de 1964, Galvão foi exonerado da Universidade de Brasília e retornou ao Museu Emilio Goeldi, em Belém. Iniciou-se assim um período de semiclandestinidade da ABA. A 7ª Reunião foi realizada, em Belém, em 1966, durante um grande encontro comemorativo do 1º centenário do Museu Goeldi. Nessa reunião foi eleito Manuel Diégues Junior como presidente da ABA. Somente cinco anos depois, em 1971, à sombra do Encontro Internacional de Estudos Brasileiros, realizado na USP, foi possível a realização da 8ª RBA. Coube a tarefa da organização a Egon Schaden e João Batista Borges Pereira. Em função do pequeno número de participantes não foi realizada a eleição para presidente, continuando a presidência com Manuel Diégues Junior.

Foi o meu querido e saudoso amigo, Silvio Coelho dos Santos, juntamente com Manuel Diégues Junior que realizaram em Florianópolis, em 1974, a 9ª Reunião Brasileira de Antropologia. Eram esperados cerca de 60 participantes para essa reunião, que marca o renascimento da ABA. Mas algo de novo estava ocorrendo, para a surpresa dos organizadores. Ônibus repletos de estudantes chegavam de todas as partes do Brasil. O número de participantes ultrapassou a cifra dos 400. Enfim, os primeiros programas de pós-graduação em antropologia estavam apresentando os seus resultados. Thales de Azevedo, o mais velho antropólogo presente, foi eleito presidente e a nova reunião, marcada para 1976, em Salvador. Daí em diante nunca mais a ABA deixou de se reunir a cada biênio.

Pois foi nesse mesmo ano de 1974, a razão para que estejamos aqui reunidos. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul deu início ao seu bem-sucedido Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Foi para mim uma grande satisfação e uma honra participar desta comemoração. No decorrer dessas quatro décadas, tive inúmeras oportunidade de visitar este programa, seja como consultor da Capes, da Finep, ou como docente participando de bancas de doutorado ou de concursos para professores. Aqui encontrei colegas que se transformaram em grandes amigos. É assim, com imensa alegria, que participo desta festa no momento em que o programa comemora os seus 40 anos e a sua merecida nota sete. Obrigado.

Referências

COELHO, M. A. T. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FREYRE, G. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

LARAIA, R. de B. Prefácio à segunda edição. In: LARAIA, R. de B.; DA MATTA, R. *Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 9-17.

LARAIA, R. de B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LARAIA, R. de B.; DA MATTA, R. A. *Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

LINTON, R. *O homem: uma introdução à antropologia*. São Paulo: Martins, 1943.

PEIRANO, M. Artimanhas do acaso. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, n. 89, p. 9-21, 1992.

PINTO, E. *Etnologia brasileira: Fulniô – os últimos dos Tapuias*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5: Brasiliana, v. 285).

TAUNAY, A. d'E. *A retirada da Laguna*. Tradução de Salvador de Mendonça. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874.

TAUNAY, A. d'E. *Memórias*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.

WHITE, L. A problem in kinship terminology. *American Anthropologist*, v. 41, n. 4, p. 566-573, 1939.